

# Inserção de Mulheres no Patrulhamento de Rodovias: Um estudo no Interior Baiano

*Inclusion of Women in Highway Patrolling: A study in Bahia*

*Inclusión de las Mujeres en las Patrullas de Carreteras: Un estudio  
Realizado en el Interior de Bahía*

**Joice de Souza Freitas Silva**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Brasil  
joiceadmuesb@gmail.com

**Almiralva Ferraz Gomes**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Brasil  
almiralva@gmail.com

## Resumo

A inserção feminina em profissões tradicionalmente masculinizadas, mais especificamente nas carreiras policiais, é relativamente recente e marcada por dificuldades. Desta forma, objetivou-se analisar os motivos que levaram mulheres a fazerem parte do quadro efetivo da Polícia Rodoviária Federal em uma Delegacia do interior baiano, por meio de uma pesquisa descritiva e exploratória. Os resultados evidenciaram que as entrevistadas desejavam autonomia, aliada à estabilidade e segurança, proporcionadas pelo serviço público, e desconheciam a atividade a ser desempenhada. Atributos antes utilizados como marca das mulheres no ambiente doméstico passaram a ser valorizados no ambiente organizacional.

Palavras-Chave: Gênero; Profissões Masculinizadas; Serviço Público; Trabalho.

## Abstract

The female inclusion in traditionally masculine professions, specifically in the police career, is relatively recent and marked by difficulties. Thus, the objective of this work was to identify the reasons that led police women to be part of the permanent staff of the Federal Highway Police at a police station in the inland of the state of Bahia, by means of a descriptive and exploratory research. The results showed that the respondents wanted autonomy, combined with the stability and security offered by the public service, and that they were unaware of the implications of the intended activity. Attributes formerly used as a trademark of the role of women in the household, are now being recovered in the organizational environment.

Keywords: Gender; Masculinized Professions, Public Service; Work.

## Resumen

La inserción femenina en profesiones tradicionalmente masculinizadas, más específicamente en las carreras policiales, es relativamente reciente y está marcada por dificultades. Este estudio tuvo como objetivo analizar las razones que llevaron a mujeres a formar parte del personal permanente de la Policía Federal de Carreteras en una comisaría del interior de Bahía, a través de una investigación descriptiva y exploratoria. Los resultados mostraron que las entrevistadas querían autonomía, combinada con la estabilidad y la seguridad, proporcionadas por el servicio público, y que desconocían la actividad que tenían que realizar. Atributos antes utilizados como marca de las mujeres en el ambiente doméstico pasaron a ser valorados en el ambiente laboral.

Palabras-Clave: Género; Profesiones Masculinizadas; Servicio Público; Trabajo.



## Introdução

A inserção feminina em profissões tradicionalmente masculinizadas, mais especificamente nas carreiras militares, tem pouco mais de três décadas. A Polícia Rodoviária Federal é uma organização que recebeu influências do militarismo, uma organização culturalmente masculina. Fundada em 1928, apenas sete anos depois, em 1935, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) instituiu o seu primeiro quadro funcional, que era constituído exclusivamente por homens. Neste período, as mulheres eram impedidas de exercer tal função, inclusive, porque não se confiava a elas a capacidade de se fiscalizar estradas. Apenas 54 anos após a criação da Instituição, em 1982, houve a primeira aprovação de mulheres na PRF por meio de concurso público. Elas foram admitidas no quadro funcional dois anos após a realização do concurso.

Naquela época, ingressaram na Polícia Rodoviária Federal cinco mulheres que desenvolviam apenas atividades internas. O desejo de uma das policiais de atuar no patrulhamento das rodovias a levou, em 1986, tornar-se a primeira motociclista feminina nos quadros da Polícia Rodoviária Federal, quebrando, assim, um paradigma e enfrentando preconceitos de dentro e fora da organização (PORTAL BRASIL, 2011).

O preconceito e a resistência em aceitar e acreditar na capacidade de uma mulher para desempenhar as funções pertinentes ao patrulhamento rodoviário tem relação com o pensamento que, ainda, se faz presente em nossa sociedade, de que à mulher é reservado o cuidado com a casa e com os filhos e ao homem o papel de provedor do lar. Com o avanço das conquistas femininas, houve uma tímida reformulação de valores e uma nova redefinição da divisão sexual do trabalho. Entretanto, a inserção das mulheres, principalmente em organizações

culturalmente masculinas, deu-se sem uma devida preparação. Em outras palavras, representou apenas uma tendência a ser seguida com o intuito também de melhorar a imagem da organização perante a sociedade (CALAZANS, 2005). Para Cappelle (2007), inicialmente, as funções desempenhadas pelas oficiais do sexo feminino eram as que remetiam ao ambiente privado, encontrando certa resistência, mesmo que camuflada, dos colegas do sexo masculino.

Desse modo, o ingresso de mulheres na Polícia Rodoviária Federal é um fenômeno que merece ser estudado, uma vez que o policial era visto como um herói e tal profissão demandava certa força física. Abrir espaço para mulheres representou um processo gradual de mudanças, tanto na forma dos indivíduos se posicionarem, quanto na forma dos sujeitos se relacionarem. À medida que se identifica as mudanças advindas desse ingresso na organização e a forma como esses sujeitos lidam com tais mudanças, ressalta-se a importância de um olhar atento para esses fenômenos. Diante do exposto, o presente artigo objetivou analisar os motivos que levaram mulheres a desejarem fazer parte do quadro efetivo da Polícia Rodoviária Federal, em uma delegacia do interior baiano.

## Gênero e Trabalho

A inserção feminina no mundo do trabalho é um fenômeno que tem ganhado destaque nas últimas décadas, muito embora a história das mulheres tenha lacunas por não evidenciar sua participação na esfera produtiva. Na Europa Ocidental, as sociedades pré-industriais caracterizavam a vida das famílias em uma integração entre as funções domésticas e o trabalho produtivo, realizados num único ambiente, no qual homens e mulheres desenvolviam atividades sexualmente diferenciadas, tanto nos serviços

da casa quanto da produção (ALVES, 2013). Ademais, as transformações das unidades de produção familiar, advindas do surgimento das indústrias domésticas, já dirigia sua produção para o mercado mais amplo. Tendo em vista que o trabalho era realizado dentro de casa, atrelado com as atividades domésticas, o lugar da mulher permanecia imutável.

De acordo com Hirata e Kergoat (2007), o termo 'divisão sexual do trabalho' surgiu na França com o intuito de não só denunciar desigualdades, mas de reavaliar o 'trabalho'. A problemática central da discussão desenvolvida pelas autoras analisa o trabalho doméstico como um trabalho, não podendo ser analisado em separado do trabalho profissional. Conforme Alves (2013), o modo de produção capitalista corrobora para tal separação, quando incumbe somente ao homem a produção e à mulher o consumo. Ou seja, é reservado às mulheres o domínio do espaço doméstico, da 'dona de casa', responsável pelo cuidado com os filhos e por gerenciar a economia doméstica. Tal denominação era imposta tanto a mulher burguesa quanto a operária. Com efeito, para Neves (2013), a conservação da divisão desigual do trabalho familiar e doméstico acarreta as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

Na concepção de Hirata e Kergoat (2007, p. 599), a divisão do trabalho é “a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos”. As autoras ressaltam ainda que essa forma é construída histórica e socialmente, tendo como características a denominação exclusiva dos homens na esfera produtiva e das mulheres na esfera reprodutiva e, conseqüentemente, a designação dos homens às funções de maior valor social agregado (HIRATA e KERGOAT, 2007). Para tanto,

existem dois princípios organizadores para a divisão sexual do trabalho: (1) o princípio da separação, no qual existe a separação de trabalho de homem e trabalho de mulher; (2) e o princípio da hierarquização, no qual o trabalho do homem vale mais do que o trabalho da mulher.

Na sociedade capitalista, a divisão sexual do trabalho é um componente da divisão do trabalho. A nova forma de produção capitalista e a conseqüente separação entre campo e cidade acarretaram em uma nova divisão do trabalho e, por conseqüente, em uma divisão sexual do trabalho, sobretudo no que tange à separação do espaço de produção do espaço do lar (ALVES, 2013). Para tanto, Hirata e Kergoat (2007) afirmam que, pela primeira vez na história do capitalismo, desponta uma parcela de mulheres que priorizam o emprego, cujos interesses diretos não mais são mediados pelos homens, sejam pai, esposo, amante, opondo-se diretamente aos interesses daquelas que foram abarcadas pela generalização do tempo parcial, pela atuação em funções mal remuneradas e não reconhecidas socialmente.

De acordo com Neves (2013), a manutenção da responsabilidade das demandas domésticas e do cuidado como funções exclusivamente femininas impactam a segregação sexuada no mercado de trabalho. Ainda que as mulheres tenham obtido uma participação considerável no mercado de trabalho, conseguindo efeitos mais positivos na busca pela igualdade e cidadania, elas ainda encontram barreiras para a realização de sua autonomia. “Novas fronteiras se desenharam entre o tempo de trabalho e outros tempos sociais, e são as mulheres que vivem mais intensamente a tensão da pluralidade dos tempos” (NEVES, 2013, p. 414).

Para Hirata e Kergoat (2007), 'a ideia de uma complementaridade entre os sexos está inserida na tradição funcionalista da

complementaridade de papéis'. Para as autoras, essa abordagem é representada por dois modelos: tradicional e de conciliação. No modelo tradicional, o papel na família e o papel doméstico são assumidos inteiramente pelas mulheres, já o papel de provedor é atribuído aos homens. No modelo de conciliação, é reservado quase que às mulheres a conciliação entre vida familiar e profissional. Como saída para tal conflito, surge o modelo de parceria entre o casal, porém, segundo as autoras, estudos realizados na França comprovam que a realidade das práticas sociais difere da realidade deste modelo.

Segundo Neves (2013), se o tempo destinado ao trabalho doméstico fosse levado em consideração seria possível inferir que, mesmo as mulheres cumprindo jornadas de trabalho profissional mais curtas, ainda assim trabalhariam mais que os homens. No entanto, aquelas mulheres que desejam atuar na esfera profissional por tempo integral acabam gerando outro modelo de divisão do trabalho. Hirata e Kergoat (2007) tratam-no como o 'modelo da delegação', ou seja, as mulheres acabam por transferir a outras mulheres a responsabilidade do cuidado com a casa e a família. A problemática em torno da delegação é gerada então porque, muitas vezes, essas trabalhadoras domésticas possibilitam às trabalhadoras executivas atuação integral. De acordo com Nunes (2013), a insistência de guetos ocupacionais femininos, em profissões menos valorizadas e com baixos níveis de remuneração, configura outra forma de discriminação, pois favorece a segregação das mulheres.

Dessa forma, a partir da problemática aqui evidenciada será apresentando no tópico seguinte uma breve discussão sobre a inserção feminina em profissões tradicionalmente masculinizadas.

### Inserção Feminina em Profissões Tradicionalmente Masculinizadas

O debate a respeito da atuação feminina em profissões masculinizadas perpassa pela compreensão da divisão sexual do trabalho, pois ainda paira sobre as mulheres a necessidade de conquistar espaço na esfera produtiva, visto que ainda não se pode falar em igualdade de gênero em se tratando das atribuições de espaço público e privado.

Ademais, essa busca de espaço se torna mais gritante quando as mulheres passam a atuar em profissões tradicionalmente dominadas pelos homens, pois há certa resistência nessa 'abertura' de espaço para as mulheres, o que muitas vezes coloca em xeque suas habilidades, através de um discurso biológico, que busca nas diferenças físicas atribuir o que é próprio do homem e da mulher.

Para Cyrino (2009), o rompimento da associação do feminino com o ambiente doméstico é uma tarefa árdua, pois o somatório de crenças e valores sobre o que é próprio do homem e da mulher só reforça o discurso de que essas diferenças, socialmente construídas, são ditas como inevitáveis e naturais. Como reforça Eccel (2010), é difícil abordar gênero nas organizações, em separado da cultura.

O grande estopim da participação feminina em carreiras profissionais, até então consideradas redutos masculinos, decorre da revolução de valores gerada pelos movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970, dos movimentos feministas que se iniciaram na década de 1970 e do rompimento de padrões sociais que determinavam o matrimônio e a maternidade como destino reservado às mulheres. De acordo com Bruschini e Lombardi (1999), as mulheres, sob a influência do feminismo, passaram a alargar suas alternativas, priorizando o estudo e a carreira profissional.

Segundo Cappelle e Melo (2010), em algumas áreas, as mulheres ainda enfrentam barreiras de inserção ou de ascensão na carreira, gerando, assim, uma necessidade de reavaliação nas formas de pensar homens e mulheres, enquanto sujeitos inseridos no espaço de trabalho. Para Rosa e Brito (2008), a presença da mulher em organizações militares na contemporaneidade é resultado de um longo processo de aproximação delas com esse universo tradicionalmente masculino.

Três fases marcam esse processo: a agregação em que elas apenas acompanhavam os exércitos exercendo funções informais de apoio, a convocação em períodos de guerra para funções auxiliares e, finalmente, sua incorporação efetiva na organização, com direito a uma carreira, promoções e condições muito próximas aos dos homens (ROSA e BRITO, 2008, p. 5).

Desse modo, o ingresso das mulheres em organizações tradicionalmente militares levanta alguns questionamentos. Como foi observado por Cappelle e Melo (2010), Calazans (2005), Schmidt et al (2005) e Lopes e Brasil (2010), tal inserção se deu devido a necessidade de melhorar a imagem das organizações perante a sociedade e/ou por questões políticas. Sendo assim, não houve uma devida preparação para a mudança, ou seja, foi apenas uma tendência a ser seguida (CAPPELLE, 2006; CAPPELLE e MELO, 2010).

Para Lopes e Brasil (2010), a cultura tradicional do policiamento é movida pela masculinidade. Dessa forma, as mulheres passaram por um processo de desconstrução do ser mulher para a construção do ser policial com restrições do que não fazia parte da realidade de um policial. Outro fato

resultante desse ingresso foi a desmistificação do indivíduo considerado forte para conduzir uma aeronave, portar armas, fazer a segurança pública, o que até então era orgulho dos homens (CAPPELLE e MELO 2007; CALAZANS, 2005; SCHMIDT et al, 2005). Essa mudança impactou diretamente nas relações dos indivíduos inseridos na organização. Além disso, características naturalizadas como femininas são valorizadas pelas mulheres no desempenho da profissão escolhida (SANTOS e ROCHA-COUTINHO, 2010).

A atuação feminina nas polícias brasileiras dá-se também na atividade operacional, porém, acontece principalmente na esfera administrativa ou em atividades que remetem aos labores domésticos, como o cuidado com crianças, idosos e mulheres. Ou seja, a policial, muitas vezes, é direcionada para desempenhar atividades ligadas ao policiamento preventivo (SILVA, 2000; CALAZANS, 2005; CAPPELLE; MELO, 2007; LOPES e BRASIL, 2010). Lombardi (2010), estudando a inserção de mulheres como engenheiras navais da Marinha de Guerra do Brasil, uma organização tradicionalmente militar, e conseqüentemente um reduto masculino, constatou que o ingresso das mulheres se deu em 1980 com a finalidade de realização de atividades, técnicas e administrativas de apoio, em terra. Segundo Schmidt (2005), a disciplina presente em organizações militares e o respeito às normas e regulamentos facilitou a “demonstração de aceitação” da mudança, entretanto, não extinguiu internamente as resistências individuais presentes. Para Cappelle (2006), o ingresso de mulheres na polícia militar foi marcante, dada a estranheza da situação, caracterizada por desconfiança, orgulho e admiração.

## Procedimentos Metodológicos

Para alcançar o objetivo proposto pelo presente estudo, realizou-se uma pesquisa do tipo descritivo-exploratória, com abordagem qualitativa. Para Gil (2002), as pesquisas descritivas objetivam descrever as características de determinada população ou fenômeno. Dessa forma, esta pesquisa é descritiva porque visa descrever os desafios e as principais particularidades no tocante às relações de gênero na população investigada. É exploratória porque se propôs a observar o impacto da presença da mulher na Polícia Rodoviária Federal. Vale salientar que se identificaram estudos voltados para a PRF, especificamente sobre temas voltados à área de gestão e saúde. Assim, o objeto de estudo proposto, neste artigo, é pioneiro. Além disso, é exploratória por investigar um tema ainda pouco explorado pela academia: relações de gênero no mundo do trabalho, principalmente em organizações que outrora eram predominantemente reservados aos sujeitos do sexo masculino, como é o caso do serviço de patrulhamento.

De acordo com Godoy (1995), a abordagem qualitativa apresenta ao pesquisador três diferentes possibilidades de realizar uma investigação: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia. Esse estudo caracteriza-se como um estudo de caso por se restringir a investigar uma única unidade de análise, ou seja, as policiais que compõem o quadro efetivo da Polícia Rodoviária Federal de uma delegacia do interior da Bahia. Na concepção de Gil (1996, p.58), “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento”.

Ademais, o trabalho é de natureza teórico-empírica. O caráter teórico da pesquisa se dá uma vez que se buscou, na literatura,

respaldo teórico sobre o tema estudado. Já o caráter empírico é explicado porque se buscou coletar dados em campo que possibilitaram a obtenção de informações que permitiram alcançar o objetivo de pesquisa proposto.

O presente estudo foi realizado então em uma Delegacia situada no interior da Bahia. O seu quadro efetivo é formado por 65 policiais: 8 mulheres e 57 homens. Atualmente, a população de patrulheiras é constituída por oito mulheres que compõem o efetivo desta Delegacia, no entanto, duas patrulheiras que já fizeram parte deste quadro, e hoje estão aposentadas, também participaram do presente estudo. Com isso, optou-se por investigar toda a população, ou seja, dez mulheres participaram da presente pesquisa. Aliás, as duas patrulheiras aposentadas foram as primeiras mulheres a trabalharem nesta Delegacia.

A coleta de dados foi realizada através de entrevista em profundidade. A entrevista em profundidade permite que o entrevistador observe as reações do sujeito entrevistado, de modo a interpretar o seu silêncio, suas reações, sua entonação de voz e a ênfase em determinadas palavras. No momento da realização das entrevistas, as patrulheiras foram estimuladas a expressar sentimentos e relatar experiências que foram pertinentes para as conclusões desta pesquisa. Para tanto, contou-se com um roteiro de entrevista semiestruturado, no qual constavam perguntas que possibilitaram responder ao objetivo proposto. Ademais, as entrevistas foram realizadas individualmente, em um local de preferência das entrevistadas, gravadas e, posteriormente, transcritas.

Após a transcrição, os dados receberam tratamento qualitativo, sendo analisados à luz do referencial teórico. Segundo Chizzotti (2010), nas pesquisas qualitativas, o pesquisador deve penetrar nas ideias, mentalidade, valores e intenções do produtor

da comunicação para compreender sua mensagem. Para tanto, inicialmente, as respostas foram interpretadas individualmente e, em seguida, foram analisadas como um todo. Para preservar a identificação das entrevistadas, no presente estudo, foram empregados nomes fictícios aos sujeitos entrevistados.

É importante ressaltar que uma restrição a qual este estudo pode ser vítima diz respeito, principalmente, ao jogo de ocultação daquilo que se pensa, se sente e se faz em relação às indagações que foram feitas aos sujeitos investigados. Muitas vezes, o que as respondentes revelam por meio da entrevista é o que elas gostariam ou pensam que são e não de fato o que realmente são e fazem.

### Perfil das Entrevistadas

Dentre as dez policiais entrevistadas, cinco estão na faixa etária entre 30 e 40 anos, uma entre 41 e 50, duas entre 51 e 60 anos e duas entre 61 e 70 anos. A pesquisa também apontou o tempo de atuação na PRF: quatro delas exercem a função há 20 anos, três há 8 anos, uma há 2 anos e as duas aposentadas trabalharam cerca de 22 anos na Instituição. A participação dessas mulheres no presente estudo apresenta grande relevância tendo em vista que elas foram as primeiras policiais do sexo feminino a ingressarem, em 1986, no quadro efetivo da PRF da Delegacia objeto desse estudo.

Quanto ao estado civil quando ingressaram na PRF, quatro eram solteiras e seis eram casadas. Atualmente, seis permanecem casadas, uma divorciada, duas solteiras e uma declarou união estável. Das entrevistadas, três são casadas com policiais rodoviários federais. Referente à maternidade, apenas duas das entrevistadas não são mães. Entre as que possuem filhos, estes variam entre um e três.

No que tange ao nível de instrução das policiais, quatro delas ingressaram na PRF com o ensino médio completo. Destas, apenas uma concluiu o ensino superior. Uma outra patrulheira iniciou dois cursos de nível superior mas não concluiu nenhum deles. Além disso, duas cursavam ensino superior e quatro já eram formadas. A busca pelo aperfeiçoamento levou duas das entrevistas a cursarem um segundo curso superior e uma delas, atualmente, está cursando Mestrado.

### Motivações para Ingressar no Quadro Efetivo da PRF

A inserção feminina em profissões tradicionalmente masculinizadas levanta algumas indagações. Dessa forma, buscou-se conhecer os motivos que levou as entrevistadas a desejar fazer parte do quadro efetivo da PRF. Para Cappelle (2006) e Melo (2002), o incentivo para algumas mulheres é dado pela questão salarial e/ou por necessidade de independência. Para as entrevistadas, o concurso público surgiu como uma oportunidade de emprego com garantias de estabilidade e segurança. Cappelle (2006) também obteve tal constatação ao estudar os motivos que levaram mulheres a ingressarem na polícia militar mineira. Vale salientar que a maioria das mulheres revelou o desconhecimento sobre o tipo de função que iriam desempenhar (CAPPELLE, 2006).

O grau de escolaridade exigido para o concurso também despertou o interesse das mulheres, tendo em vista que só a partir de 2009 passou-se a exigir nível superior para a função de policial. No entanto, das dez entrevistadas apenas quatro mulheres ingressaram com apenas o ensino médio completo, pois não havia tal exigência. As demais ou já haviam concluído ou estavam cursando o ensino superior. Duas das entrevistadas revelaram que o interesse

inicial se deu devido ao salário. Contudo, durante o treinamento, que constitui a última etapa do processo seletivo, despertou nelas o interesse pela atividade policial a ponto de frear o desejo de atuar na atividade administrativa. Em outras palavras, conhecer as atividades que seriam desempenhadas pelos policiais fez nascer um interesse pela atividade operacional.

*Quando eu fiz o concurso foi o salário, mas no caminho entre o concurso e a nomeação, que foi uns dois anos mais ou menos, eu decidi porque eu passei a gostar da atividade quando eu fiz o curso, [...] a última fase do concurso é um curso de formação e no meio do curso de formação eu decidi porque eu gostei da atividade. (Afrodite)*

*Sabe que eu nunca tive um motivo especial, acho que não era terceiro grau, tinha um salário bom, a forma de trabalho, trabalhar um dia e folgar três me possibilitava estudar para qualquer outra coisa, concluir meus estudos sem dificuldades, só que depois quando eu fiz o treinamento eu adorei (risos). Logo quando eu fiz o concurso eu pensava até em trabalhar no serviço administrativo, eu não quero ficar trabalhando como policial se tiver uma parte administrativa, mas quando eu fiz o treinamento tudo que eu não queria era ir para o administrativo, eu me identifiquei com o tipo de trabalho. (Maia)*

A escala de trabalho também se apresentou como um benefício para as mulheres, pois elas trabalham, em média, atualmente, 24 horas e folgam 72 horas. Essa facilidade possibilita a elas dividir o tempo

entre suas demandas pessoais e o trabalho. Dada a sobrecarga de atividades historicamente atribuídas às mulheres (cuidado com a casa, com os filhos, etc.), trabalhar em regime de plantão se apresenta como uma possibilidade de conciliar a vida pessoal e familiar com a profissional.

Para as entrevistadas, o concurso tornou-se uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho e não uma profissão almejada por elas, como pode ser observado nesse relato: “[...] mas não tinha nada assim planejado, não tinha vontade como hoje você vê gente doida para entrar na polícia, meu sonho é ser policial, eu nunca tive isso, meu sonho era fazer Direito e ser advogada ou ser promotora” (Dóris). Este depoimento reitera os resultados obtidos por Cappelle (2006), ao constatar que em alguns casos as mulheres optaram pela profissão policial, não por vocação, mas por influência da família e pelos benefícios gerados aos servidores públicos. Vale salientar que o concurso da PRF, em diferentes momentos, foi basicamente a única opção de concurso público para as entrevistadas. Isso é evidenciado nas falas abaixo:

*Olhe só, antes de estudar pra o concurso da PRF, eu, inclusive, morria de medo de arma e tinha horror a qualquer tipo de trabalho policial. Mas eu tinha sido demitida sem justa causa e me causou assim um desespero muito grande. Eu tinha um filho ainda pequeno, só tinha o \*\*\* na época e eu falei: olha eu vou passar em um concurso público de qualquer maneira [...] Eu fiz então visando apenas o salário e uma segurança mesmo. Qualquer concurso que aparecesse naquela época eu tava fazendo. E como o da polícia rodoviária tinha um salário bem atrativo, então eu optei por*



*fazer. [...] E depois acabei me apaixonando pela PRF. (Hera)*

*Aos vinte e poucos anos de idade eu estava querendo qualquer concurso que aparecesse. Aí apareceu o da PRF. Na época eu ainda estava casada. Meu esposo tinha uma tia que trabalhava na PRF [...]. Aí eu falei: não, eu não tenho perfil para ser policial não. Ele disse: faz, nem que seja por experiência. Aí eu passei e fui ficando, fui fazendo, foi dando certo e já tem 20 anos que eu estou lá. (Perséfone)*

*Na época eu era muito nova, muito jovem. Eu estava fazendo vários concursos, tentando uma carreira que me desse oportunidade de ser independente. Aí ingressei na PRF e fiz alguns outros concursos, mas fiquei com a PRF. (Atena)*

*Eu queria conhecer a PRF. Eu tinha o desejo de conhecer, de ser mais útil, sentir, assim, sair de dentro de quatro paredes fechadas. A polícia rodoviária é uma polícia de deslocamento para os trechos... desejo de ser útil. Eu sentia que lá eu seria útil. (Dice)*

A participação de mulheres no processo seletivo para ingressar na PRF só foi permitida a partir de 1982, quando ingressaram as primeiras mulheres no quadro efetivo da Instituição. No Estado da Bahia, apenas em 1986, foram aprovadas sete mulheres: duas delas vieram trabalhar na Delegacia objeto desse estudo. Essa abertura de espaço possibilitou às mulheres vislumbrar a oportunidade de emprego estável. Segundo Cappelle (2006), a família também exerce influências na escolha pela

profissão de policial. Observando os relatos aqui evidenciados, três mulheres foram influenciadas pelos maridos, duas por seus companheiros que também eram policiais rodoviários federais e uma outra porque o marido tinha uma tia que era policial. Pode-se inferir com isso que o processo de socialização continua presente na vida adulta e as influências recebidas impactam as escolhas dessas mulheres.

*Eu já conhecia porque meu marido é PRF há muitos anos. Então eu já sabia como era o trabalho e quando eu tava terminando a graduação, faltava um semestre aproximadamente para terminar, abriu um edital para concurso da PRF [...] mas foi pela oportunidade que teve, tava terminando a faculdade e surgiu a possibilidade de fazer o concurso. Aí eu comecei a estudar e porque não, aí pronto. (Aurora)*

*[...] na época não estava tendo concurso para nada e de repente surgiu o concurso e eu soube que mulher também podia fazer. Aí eu fui nesse embalo, mas sem saber na verdade o que era a polícia rodoviária federal [...] Não era nem por salário, porque era bem pequenininho. Era mesmo um trabalho. A necessidade mesmo de trabalhar, de ser independente e também de segurança, né? (Helíades)*

*Eu queria trabalhar em um emprego que me desse, assim, estabilidade e eu fui procurar fazer concursos e, na época, abriram as inscrições e eu achei assim interessante. Tinha uma chamada interessante. Tinha uma*

*fotografia com um policial em uma moto. Aquele negócio da moto me atraiu, parecia uma coisa de aventura, mas, na verdade, eu fiz mesmo porque foi o primeiro concurso a partir de quando eu comecei a me preparar. Foi o primeiro que abriu inscrições e foi por isso que me inscrevi [...].*  
(Dóris)

A necessidade de fazer parte da esfera produtiva aliada ao desejo pela autonomia feminina só faz crescer o número de mulheres chefes de família ou que contribuem representativamente no orçamento doméstico. Segundo dados do IBOPE (2013), 36% das mulheres brasileiras são chefes de família. Esse percentual cresceu 5% entre 2005 e 2012. Dentre as entrevistas, duas são as únicas responsáveis pelas despesas do lar, duas contribuem com 80%, três colaboram com 50% e as outras três têm contribuição entre 30% a 40% do orçamento familiar. Tal fato denota que os rendimentos auferidos por essas mulheres são essenciais para o orçamento doméstico, desmitificando a ideia do homem como o provedor do lar e de que a renda obtida pelas mulheres serve apenas para aquisição de futilidades.

Como foi evidenciada por Betiol (2000), a mulher que exerce atividades laborais fora do ambiente doméstico sente-se valorizada. Além disso, vislumbra a oportunidade de ser reconhecida profissionalmente, tendo em vista a desvalorização do trabalho doméstico. Ademais, o trabalho desenvolvido na esfera privada, no lar, não é reconhecido como um trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2007).

*De início meu objetivo maior era trabalhar. Queria trabalhar para poder ajudar em casa. Trabalhar para contribuir com as despesas.*

*Trabalhar para satisfazer meu ego. Sair de dona de casa, do trabalho doméstico, criar minha independência e comecei fazendo universidade porque eu já tinha muito tempo parada sem estudar. Eu cheguei a conclusão que se eu não voltasse a estudar eu não passaria em nenhum concurso. Aí voltei para a universidade [...] Os concursos que apareceram na época foram o da PRF e da polícia federal. O da PRF... meu marido já fazia parte do quadro e aí ele próprio me incentivou muito e eu comecei a estudar antes de abrir o concurso e aí quando apareceu eu fiz da PRF e não fiz o da polícia federal porque eu ia ter dificuldade para sair. Eu, casada e com filhos não tinha como sair... e passei. (Bia)*

A partir desse relato, pode-se inferir que, apesar do desejo de trabalhar fora do ambiente doméstico, a entrevistada buscou sua realização pessoal, desde que pudesse continuar desempenhando seus papéis de mãe e esposa. Segundo Neves (2013), vem sendo traçada novas fronteiras entre o tempo de trabalho e outros tempos sociais, mas fica a cargo das mulheres vivenciarem mais intensamente a tensão proveniente dessa pluralidade dos tempos. Para tanto, desassociar o ambiente doméstico como um reduto próprio do feminino torna-se uma tarefa árdua, uma vez que a divisão do que é próprio do homem e da mulher só reafirmam as diferenças construídas socialmente e conseqüentemente naturalizadas (CYRINO, 2009). Dessa forma, a mulher casada tende a abrir mão de determinadas oportunidades em função do marido ou dos filhos, configurando assim o que Hirata e Kergoat (2007) denominaram como o modelo de conciliação, no qual é reservado quase que às mulheres a

conciliação entre vida familiar e profissional.

A função de policial por muito tempo foi exercida apenas por homens. A presença das mulheres em instituições como a Polícia Rodoviária Federal é recente. Por conta disso, o ego masculino era enaltecido e os homens eram vistos como heróis. O ingresso das mulheres nessas organizações desmistificou a ideia do indivíduo considerado forte para conduzir uma aeronave, portar armas, fazer a segurança pública (CAPPELLE e MELO 2007; CALAZANS, 2005; SCHMIDT et al, 2005). Dessa forma, foi questionado às entrevistadas sobre os atributos que elas consideram essenciais para ser um policial rodoviário federal.

*Gostar do que faz, principalmente, porque é um trabalho muito estressante e puxado demais. Lá você tem que ser tudo, de vaqueiro a parteiro [...]* (Helíades)

*Gostar, porque você está servindo a sociedade. De certa forma, enquanto você tá lá, você está servindo a sociedade, protegendo o cidadão. Você tem que se desprender de si em prol do outro. Então é quase como uma vocação [...] não ser uma pessoa explosiva, tem que raciocinar com rapidez e objetividade em certas situações [...] mas, na maioria das situações, você está atendendo ao cidadão. Nas abordagens mesmo, você tem que ser cortês educado porque 99% das pessoas são pessoas de bem [...].* (Aurora)

As entrevistadas destacaram a importância de gostar da atividade que desempenham, porque dentro da PRF os policiais vivenciam vários tipos de situações, dentre elas, retirar

animal da pista, varrer a pista, se necessário, atender acidentes, lidar com bandido, apreender drogas e contrabandos. Para tanto, como foi evidenciado pelas entrevistadas, é necessário ser objetivo e agir com presteza. Além disso, a coragem e a integridade moral também foram relatadas como fundamentais para exercer a profissão, uma vez que se coloca em dúvida a idoneidade dos policiais, principalmente os que atuam em rodovias, dada as ofertas de suborno.

*Coragem (risos) tenho, porque é um trabalho perigoso e mesmo que normalmente não tenha essas situações de muito risco a pessoa tem que estar preparada porque se tiver tem que enfrentar.* (Afrodite)

*Eu acho que o primeiro aspecto para ser um bom policial rodoviário federal é a integridade moral. O segundo aspecto [...] é estar sempre disponível para qualquer tipo de serviço, qualquer que seja ele, tirar gente de dentro das ferragens, varrer pista, correr atrás de animal na pista [...]* (Atena)

*Olha, eu acho, em primeiro lugar, até por conta do histórico da PRF, você tem que ser honesto pra você trabalhar na polícia, por que você tem muita facilidade de tirar proveitos. [...] a gente tem que ter primeiro a honestidade. Segundo é a vontade de trabalhar mesmo, [...] você tem que ser dinâmico, você tem que ser prático, são as coisas que eu considero que eu sou. [...] uma pessoa que não tenha uma certa facilidade de resolver situações rapidamente nunca vai ser um bom policial. [...].* (Hera)

A abertura de espaço para as mulheres em profissões naturalizadas como masculinas pode ser justificada devido à necessidade de trabalhar com o público tanto no atendimento, nas abordagens, nas fiscalizações quanto na educação de trânsito. Como foi evidenciado nos estudos de Silva (2001), Calazans (2005), Cappelle e Melo (2007), Lopes e Brasil (2010), às mulheres foi reservado o desempenho de atividades que remetem aos labores domésticos, como o cuidado com crianças, idosos e mulheres, ou seja, a polícia preventiva. Contudo, para Cappelle et al., (2009), a inserção de mulheres na Polícia também pode ser entendido como uma espécie de combate ao estereótipo das funções naturalmente vinculadas às mulheres, uma vez que, ao desempenharem uma nova função, elas podem modificar a forma como são vistas pela sociedade. Santos e Rocha-Coutinho (2010) observaram que características naturalizadas como femininas foram julgadas essenciais para o desenvolvimento de certas atividades.

*[...] eu vou falar do meu perfil, aquela pessoa tranquila, uma pessoa ponderada que sabe tratar bem o ser humano e isso é tão importante, você ser atenciosa com o outro ser humano. Então essas coisas me chamou muita atenção como que a gente é importante para o outro no momento de uma necessidade e você está ali presente [...]. Ser assíduo, ser pontual no trabalho, tratar bem o colega, sempre ter um atendimento melhor ao público, isso é muito importante, a gente se sente útil [...]. (Dice)*

*Primeiro lugar, conhecer a profissão e gostar do que faz, gostar e entender assim que o trabalho da*

*gente tem uma importância muito grande porque na medida que você realiza uma fiscalização e que você cobra o cumprimento da lei de trânsito, [...] você tem consciência de que você salva vidas, então eu acho que você precisa ter esse compromisso com suas atribuições de um policial, então... você ter comprometimento, estar ali... no envolvimento muito grande com o trabalho, [...] a gente tem a oportunidade de ser muito mais do que simplesmente um servidor, mas a gente tem que ser humano, solidário, de ser caridoso, de ajudar, de amparar, então é uma profissão que dá muita oportunidade da gente exercitar a humanidade da gente [...]. Eu descobri depois que eu entrei, que eu fui vendo que realmente tenho... tenho esse envolvimento profundo com o trabalho. (Dóris)*

Em síntese, na descrição dos atributos necessários para ser um bom Policial Rodoviário Federal, surgiram muitos aspectos relacionados àquilo que se atribui como parte da natureza feminina, como a questão do cuidado com o outro, de ser solidário e paciente e manter um bom relacionamento com os colegas. Reiterando, para Santos e Rocha-Coutinho (2010), atributos essencialmente descritos como próprios da natureza feminina passam a ser julgados pelas mulheres como fundamentais para a carreira escolhida. Ademais, o comprometimento com o trabalho e com a assiduidade foi destacado como essenciais para o desempenho das funções de um policial, seja ele do sexo feminino ou masculino.

## Considerações Finais

O ingresso de mulheres na Polícia Rodoviária Federal só foi permitido a partir de 1982, no entanto, na delegacia estudada, as primeiras mulheres ingressaram em 1986 e 1987 e, por cerca de 10 anos, desempenharam apenas atividades administrativas. Esta situação denunciava uma divisão sexual do trabalho, conforme discutido por Hirata e Kergoat (2007), pois o serviço operacional era desempenhado exclusivamente pelos homens até a entrada de uma segunda turma, em 1994, quando ingressaram mais seis mulheres, das quais uma transferiu-se para o serviço administrativo, em Brasília, e a outra pediu exoneração em 1998. De todo modo, a partir de 1994, a Delegacia objeto de estudo possuía oito mulheres no quadro efetivo de pessoal, sendo que duas (as que ingressaram em 1986) continuavam exercendo funções administrativas e as demais passaram a atuar efetivamente no serviço operacional.

Identificar as razões pelas quais as mulheres optaram por ingressar em uma organização tradicionalmente masculina possibilita ampliar os conhecimentos a respeito da inserção feminina no mundo do trabalho. Dentre os relatos analisados, é possível inferir que as motivações que impulsionam as mulheres a ingressarem no mundo do trabalho têm relação com os resultados encontrados em outros estudos (CAPPELLE, 2006; BETIOL, 2000; MELO, 2002). As razões são as mais diversas possíveis, ou seja, a necessidade de trabalhar e de almejar um emprego estável ou até mesmo a busca pela segurança proveniente do serviço público. Além disso, a necessidade de conquistar independência e autonomia está estritamente ligada à satisfação pessoal.

A escala de trabalho também se configura como algo atrativo para essas mulheres, que dividem o tempo entre as demandas pessoais

e o trabalho. Isso confirma que, mesmo as mulheres conquistando espaço na esfera pública, ainda recaem sobre elas a maior responsabilidade pelas demandas da esfera privada. Dessa forma, ao se inserirem no mundo do trabalho, as entrevistadas buscaram transpor os limites da esfera privada e conquistar novos espaços.

Características como coragem, integridade moral, a identificação com o trabalho e a disponibilidade para trabalhar foram explicitadas pelas entrevistadas como atribuições necessárias para ser um bom patrulheiro rodoviário federal. Além disso, características naturalizadas como femininas, tais como, a presteza, o cuidado, a tolerância passam a ser valorizadas para o desempenho da função de policial. Dessa forma, a presença das mulheres na Polícia Rodoviária Federal foi se consolidando como necessária devido à necessidade de atendimento a mulheres, crianças, idosos e o desenvolvimento de uma educação preventiva. Os resultados alcançados na presente pesquisa são corroborados por outros estudos aplicados em outras instituições dominadas pela presença masculina (SILVA, 2001; CALAZANS, 2005; CAPPELLE e MELO, 2007; LOPES e BRASIL, 2010).

Este estudo se mostrou como uma oportunidade valiosa de conhecer um pouco a respeito do ingresso de mulheres na Polícia Rodoviária Federal, tendo em vista que não há conhecimento de outros estudos abordando essa temática com foco nessa Instituição. Assim, ressalta-se também a importância de aprofundamento do estudo.

## Referências

ALVES, Ana Elizabeth Santos. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. **Trabalho, Educação e Saúde**, v.11, n. 2, p. 271 - 289, 2013.

BETIOL, Maria Irene Stocco. Ser administradora é o feminino de ser administrador? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 24., 2000, Atibaia. **Anais...** Atibaia: ENANPAD, 2000. p. 1-16.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2010.

CALAZANS, Márcia Esteves de. Polícia e gênero no contexto das reformas policiais. La Salle - **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, v. 10, n. 2, p. 1 – 22, 2005.

CAPPELLE, Monica Carvalho Alves. **O trabalho feminino no policiamento operacional: subjetividade, relações de poder e gênero na Oitava Região da Polícia Militar de Minas Gerais**. 2006. Tese (Doutorado, Programa de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na polícia militar de Minas Gerais. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, n. 3, p. 71 - 99, 2010.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. O cotidiano de trabalho de policiais femininas: relações de poder e de gênero no policiamento operacional da polícia militar de Minas Gerais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 31, 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. p. 1-16.

CYRINO, Rafaela. Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado. **Sociologias**, v. 11, n. 21, p. 66 – 92, 2009.

ECCEL, Claudia Sirangelo. Estudos de gênero nas organizações: implicações teórico-metodológicas. In: ENANPAD - ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 34, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2010. p. 1-13.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 1996.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA. 36% das mulheres são chefes de família. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/paginas/36-das-mulheres-brasileiras-sao-chefes-de-familia.aspx>>. Acesso em 28 junho de 2014.

LOPES, Emanuel Bruno.; BRASIL, Glaucéria Mota. Mulheres na polícia: Demarcação dos espaços de comando e relações assimétricas de poder. In: **Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidade, Deslocamentos**. 2010, Florianópolis/SC. **Anais...** Florianópolis/SC, UFSC, 2010. p. 1-9.

LOMBARDI, Maria Rosa. Profissão: oficial engenheira naval da Marinha de Guerra do Brasil. **Revista Estudos Feministas**. v.18, n.2, p. 529 – 546, 2010.

MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Gerência feminina nos setores industrial e bancário: o conservador internalizado versus o moderno em construção. In: EL CONSEJO LATINOAMERICANO DE ESCUELA DE ADMINISTRACIÓN – CLADEA, 37, 2002. Porto Alegre/SC, **Anais...** Porto Alegre/SC, 2002.

NEVES, Magda de Almeida. Anotações sobre trabalho e gênero. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n.149, p. 404 - 421, 2013.

ROSA, Alexandre Reis; BRITO, Mozar José. Mulheres Fardadas: Reflexões sobre Dominação Masculina e Violência Simbólica na Organização Militar. In: XXXII ENANPAD - ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 2008, Rio de Janeiro/DF. **Anais...** Rio de Janeiro/DF: ANPAD, 2008. p. 1-16.

SCHMIDT, Flávia de Holanda; CURTY, Leila; BRANDÃO, Marco Antônio; FERRARI, Patrícia Jaguaribe; CHAVES, Adriana Lúcia de Escobar; PINHEIRO, Ana Claudia Lima. Gênero e mudança organizacional: um estudo de caso sobre o pioneirismo das aviadoras da força aérea brasileira. In: ENANPAD - ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 29, 2005, Brasília/DF. **Anais...** Brasília/DF: ANPAD, 2005. p. 1-16.

SANTOS, Marina Miranda Lery; Rocha-Coutinho, Maria Lúcia. Mulheres na Força

Aérea Brasileira: um estudo sobre as primeiras oficiais aviadoras. **Estudos Psicológicos**, v.15, n. 3, p. 259 - 267, 2010.

SILVA, Vera Lúcia Massoni Xavier da. O discurso da mulher policial feminina. **Caderno de Resumos do Gelne**, v. 1, n.1, p. 1 - 4, 2001.

Recebido em 28 de novembro de 2014.  
Aceito em 12 de setembro de 2015.